

# RESULTADO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2023

Transparência TJPE

## INTRODUÇÃO

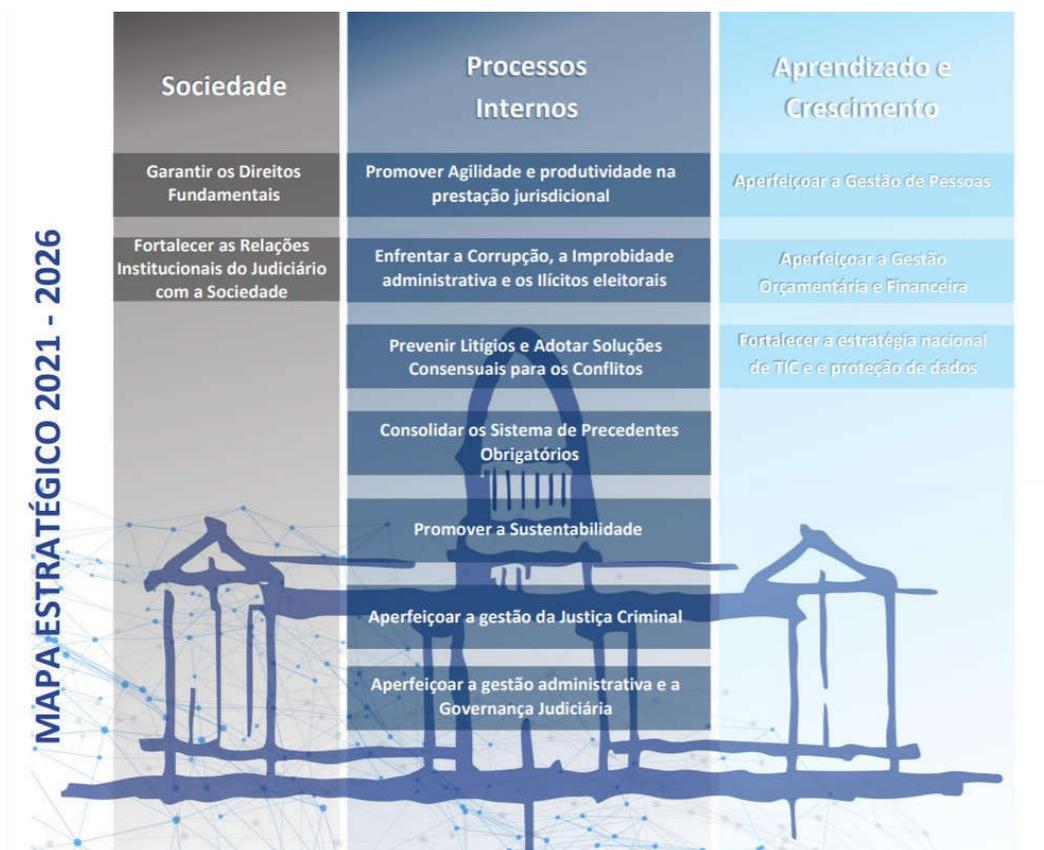
O Poder Judiciário de Pernambuco publicou o plano estratégico do TJPE para o período de 2021 a 2026, em set/2021, por meio da Resolução TJPE 459/2021, contemplando um conjunto de objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas em alinhamento com as diretrizes estratégicas e macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de atender aos desafios mencionados.

## APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar o Resultado do Planejamento Estratégico Institucional referente ao ano de 2023, relacionando:

- Objetivos Estratégicos
- Indicadores Estratégicos
- Iniciativas (Projetos e Ações realizadas para melhorar os resultados do Objetivo Estratégico)

## MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026



## RESULTADOS 2023

### OBJETIVO ESTRATÉGICO:

#### Garantir os Direitos Fundamentais

#### Descrição:

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

### INDICADORES ESTRATÉGICOS:

Indicador	Meta 2023	Resultado Alcançado 2023
Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça	S/M	S/M

### INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):

#### Projeto Sei Quem Sou

Garantia ao direito de origem aos adotados ou seus representantes legais, por meio da disponibilização de cópia digitalizada dos Processos de Adoção e seus correlatos, através das Varas da Infância e Juventude do TJPE.

Já foram digitalizados mais de 100 processos físicos de adoção que foram demandados até 2023.

#### Programa Acolher

O Programa Acolher busca dar cumprimento ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente o previsto em seu art. 13, § 1º (acrescentado pela Lei 12.010/2009 e posteriormente modificado pela Lei 13.257/2016): "As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhados, sem constrangimento, à Justiça da Infância e Juventude". Desta forma, gestantes ou mães que desejam entregar seus filhos para adoção podem procurar espontaneamente as Varas com competência em Infância e Juventude de sua cidade ou devem ser encaminhadas ao Poder Judiciário local pelos profissionais da Rede de Proteção de seus municípios (CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Posto de Saúde, Maternidades, dentre outros).

#### Resultados até 2023:

Prêmio Prioridade Absoluta - CNJ; 30 comarcas com Programa Acolher instalado; comitê gestor estadual intersetorial; 5 regiões com comitê gestor instalado (local ou regional); 29 equipes

interprofissionais no grupo de trabalho do TJPE; 175 processos atendidos; 64% das crianças recém-nascidas seguiram para adoção e 29% permaneceram na família extensa; elaboração de material (cartaz, panfletos, folders, cards, vídeo, etc) e campanhas de sensibilização sistemáticas; eventos de formação e divulgação regionalizados tanto para o sistema jurídico, como para as redes intersetoriais do estado e municípios; cursos ofertados com apoio da Escola de Magistratura de Pernambuco.

#### **Banco de Dados de Processos Antigos de Adoção**

Criação de banco de dados, para facilitar a busca por processos de adoção antigos, uma vez que não existia sistema de gestão processual na época.

Foi concluído o levantamento de 1R Vara da Infância e em andamento na 2R Vara da Infância da Capital.

#### **Comitê Gestor da Primeira Infância**

Assegurar o direito da criança e do adolescente com prioridade. Com esse objetivo, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) instituiu o Comitê Gestor Local da Primeira Infância, no âmbito do Poder Judiciário estadual. Vinculado à Presidência do Tribunal, o comitê terá como responsabilidade a implementação da Política Judiciária para a Primeira Infância.

#### **Resultados:**

- 1. Instituição do Comitê Gestor Local em março de 2023 pela Portaria nº10/2023.
- 2. Realização de 01 treinamento para os membros do CGLPI e áreas estratégicas envolvidas;
- 3. Realização de 03 Reuniões Ordinárias do CGLPI;
- 4. Participação da equipe gestora em 02 processos formativos na matéria da primeira infância.

#### **Banco de Dados de Processos Antigos de Adoção**

Criação de banco de dados, para facilitar a busca por processos de adoção antigos, uma vez que não existia sistema de gestão processual na época.

Foi concluído o levantamento de 1. Vara da Infância e em andamento na 2. Vara da Infância da Capital.

#### **Comitê Gestor da Primeira Infância**

Assegurar o direito da criança e do adolescente com prioridade. Com esse objetivo, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) instituiu o Comitê Gestor Local da Primeira Infância, no âmbito do Poder Judiciário estadual. Vinculado à Presidência do Tribunal, o comitê terá como responsabilidade a implementação da Política Judiciária para a Primeira Infância.

#### **Resultados:**

- 1. Instituição do Comitê Gestor Local em março de 2023 pela Portaria nº10/2023.
- 2. Realização de 01 treinamento para os membros do CGLPI e áreas estratégicas envolvidas;
- 3. Realização de 03 Reuniões Ordinárias do CGLPI;
- 4. Participação da equipe gestora em 02 processos formativos na matéria da primeira infância.

### Inauguração do CEAVida

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inaugurou, em 03 de abril de 2023, o Centro Especializado de Acolhimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAVida) no Centro Integrado da Criança e de Adolescente (CICA). O objetivo da nova unidade é o atendimento das vítimas e de seus familiares, encaminhados pelas 1R e 2R Varas de Crimes Contra a Criança e o Adolescente da Capital e pelas 3R e 4R Varas da Infância e Juventude da Capital e pela Vara Regional da Infância e Juventude.



### Programa Moradia Legal Pernambuco

O Tribunal de Justiça de Pernambuco desenvolve, desde o ano de 2018, o Programa Moradia Legal Pernambuco (PMLPE) com 163 municípios e órgãos do Governo do Estado. Até julho deste ano, entregou quase de 14 mil títulos de propriedade. É executado de forma colegiada através da Comissão Executiva do Programa e de uma rede articulada com diversas instituições, especialmente com a AMUPE, ANOREG, ARIPE, UFPE, ITERPE, PERPART, CEHAB, INCRA, SPU e MINISTÉRIO DAS CIDADES, na articulação e acompanhamento das demandas das equipes das prefeituras municipais, do governo estadual e cartorária, com o fim de construir políticas de regularização fundiária plena para uma governança fundiária. O Programa Moradia Legal Pernambuco possui três linhas de ações, a saber: LINHA 1: Regularização Fundiária Urbana – REURB-S (desjudicialização indireta/preventiva – evitar novas demandas) – LINHA 2: Desjudicialização (direta - baixa processual) – LINHA 3: Regularização Fundiária Rural -

#### Resultados:

Entrega de 17.247 títulos de fevereiro de 2022 a 15 de dezembro de 2023.

### Projeto Recomeçar

Promover ações que visam a ressocialização, com orientações que humanizam o cumprimento das penas para mulheres em privação de liberdade. Cumprimento da Resolução CNJ Nº 252/2018, que “estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências”.

#### Resultados:

2023 - Realização de cursos para 50 mulheres privadas de liberdade em empreendedorismo nas áreas de alimentos e bebidas em parceria com o SEBRAE/SENAC com distribuição de material informativo; Palestras: realização de palestras sobre temas diversos voltados ao fortalecimento da cidadania e resgate da autoestima.

### **Violência contra a Mulher: TODOS DIZEM NÃO! Essa é a regra do jogo.**

A Campanha é uma parceria da Coordenadoria da Mulher / Tribunal de Justiça de Pernambuco e da Federação Pernambucana de Futebol e tem como objetivo sensibilizar a população e em especial o público masculino que frequenta os estádios de futebol pelo fim da violência contra a mulher. Além da mensagem educativa voltada à desconstrução de padrões violentos de masculinidade tanto dentro como fora dos estádios, principalmente no tratamento para com as mulheres, a campanha tem o intuito de veicular, durante campeonatos de futebol de nível local e/ou nacional materiais informativos sobre a rede de atendimento e órgãos de denúncia. Esta parceria não contempla repasse de recursos financeiros de um a outro partícipe, a qualquer título, devendo cada um dos partícipes arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições com recursos próprios.

#### Resultados:

Ampla divulgação da Campanha nas Redes Sociais do TJPE em ocasiões de grandes jogos de futebol em Pernambuco. Lançamento Nova edição da Campanha na Federação Pernambucana de Futebol com participação da arbitra Priscila Fernandes. Articulação com Ministro dos Esportes e arbitra Priscila Fernandes para ampliação da campanha no Estado.

### **Campanha: “SEM VIOLÊNCIA A MORADIA SE TORNA LEGAL”**

Ação da Campanha é executada no momento das entregas de títulos a população que em sua maioria e em maior percentual são mulheres, no momento da entrega é realizada a divulgação de uma campanha específica para o PMLPE denominada: “Sem Violência a Moradia se torna Legal”.

#### Resultados:

Sensibilização do público que receberam títulos de propriedade em 2023 pelo programa Moradia Legal sobre o enfrentamento da violência contra a mulher em especial a violência patrimonial. 43 municípios beneficiados; 9.515 pessoas sensibilizadas pela campanha; 27.000 panfletos distribuídos com informações sobre a rede de serviços e orientações para denúncia em casos de violência doméstica.

### **Projeto Família Cidadã**

Tendo em vista os desafios comuns enfrentados pelas famílias na comunidade, a Coordenadoria Estadual de Família do TJPE, por meio desse projeto, apresenta proposta para oferecer serviços de cidadania integrados à comunidade, estabelecendo parceria com o Balcão de Direitos para facilitar as emissões de certidões, contribuir com palestras jurídicas e psicológicas para fortalecer laços familiares e promover a justiça restaurativa por meio de círculos colaborativos, surgindo assim a necessidade de ações integradas para fortalecer os vínculos familiares e a cidadania

#### Resultados:

148 famílias atendidas através da I Semana da Família Cidadã que ocorreu entre os dias 29/11, 04/12, 05/12, 06/12 e 07/12 de 2023.

### Serviço de atendimento à pessoa custodiada - APEC

O Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada visa contribuir para o aprimoramento das audiências de custódia por meio da oferta de atenção especializada à pessoa custodiada, sendo estratégico na aproximação do Poder Judiciário com as políticas de proteção social. O atendimento pré-audiência de custódia objetiva propiciar subsídios à tomada de decisão da autoridade judicial quanto à situação individual e social de cada pessoa custodiada apresentada à Justiça. É também importante como oferta de subsídios à magistratura sobre determinantes sociais que incidem sobre a vida do sujeito a serem considerados no encaminhamento da pessoa para a rede de proteção social e na adequação de condições reais para aplicação de alguma das medidas cautelares diversas da prisão. A metodologia dos Apecs se apoia na Resolução CNJ nº 288/2019 e na Resolução nº 213/2015. Atualmente, o serviço é realizado na Central de Flagrantes da Capital e no Polo de Custódia de Jaboatão dos Guararapes pós audiência de custódia, pelas equipes multidisciplinares das Centrais de Apoio às Medidas e Penas Alternativas, da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco.

#### Resultados:

Realização do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (pós audiência de custódia) na Central de Flagrantes da capital e no Polo de Custódia de Jaboatão dos Guararapes. Polo de audiência de custódia de Caruaru recebe insumos básicos para atendimento a pessoas custodiadas (água, lanche, vestimenta, como camiseta e chinelo, absorvente feminino) destinados por acordos de não persecução penal em razão de projeto subscrito pelo Escritório Social local.

### Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional

O fomento ao trabalho e à renda para pessoas privadas de liberdade (PPL) e egressas é imperativo para que a prestação de justiça tenha como objetivo final a retomada da vida em sociedade e o retorno à liberdade. Nesse sentido, em novembro de 2020, o CNJ e o MPT assinaram o Termo de Cooperação Técnica nº 037/2020, objetivando a cooperação mútua para realização de estudos, desenvolvimento de metodologias de inspeção prisional e aperfeiçoamento de práticas resolutivas e estruturantes para implementação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional – PNAT, com vistas à expansão de projeto de empregabilidade de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. O ponto de inflexão da referida cooperação está na Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - PNAT, instituída pelo Decreto n. 9.450, de 24 de julho de 2018, que traz, em seu bojo, a ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, o empreendedorismo e a formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional. De forma conjugada com o contexto nacional, Pernambuco também contou com reuniões amplas, convocadas pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (GMF) do TJPE e pelo MPT, para tratar sobre ampliação de vagas de trabalho para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional com diversas instituições do sistema de justiça e do Poder Executivo. De modo geral, participaram, fora o próprio TJPE e o MPT, o MPPE, o MPF, a DPE, a DPU, o TRF5R, a JFPE, o TRT6R, a SJDH, a Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco, o Programa Fazendo Justiça (CNJ) e os serviços especializados para egressos (Escritório Social de Caruaru e Patronato

Penitenciário). Além disso, em abril de 2023, decorrente dessas articulações, Pernambuco aderiu à PNAT, em cerimônia com a Ministra Rosa Weber e a Governadora Raquel Lyra.

Resultados:

Inserção de pessoas egressas do sistema prisional em contratos de terceirização; Realização de reunião ampliada com representantes de instituições públicas de Pernambuco, para fomento ao estabelecimento, nos contratos públicos, de cotas de contratação de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional

### Escritórios Sociais

Os Escritórios Sociais são equipamentos públicos projetados para atender, acolher e encaminhar pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares para as políticas públicas existentes; auxiliar os estabelecimentos prisionais no processo de preparação das pessoas pré-egressas para a liberdade e mobilizar e articular as redes de políticas públicas e sociais para a garantia de direitos àquelas pessoas. A proposta é que tenham uma gestão compartilhada entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo e trabalhem com a cooperação da sociedade civil. Por incentivo do GMF, Pernambuco possui dois Escritórios Sociais, um em Caruaru, que contou com 1.140 atendimentos em 2022 e 771 (de janeiro a novembro de 2023) e outro já pactuado em vias de implantação, no município de Olinda. Também houve avanços nas tratativas para implantação de um equipamento no Recife. Os Escritórios Sociais de Caruaru e Olinda foram implementados pelos Poderes Executivo Municipais, com apoio do Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça de Pernambuco e Instituições de Ensino locais, e estão em consonância com a Resolução CNJ nº 307/2019, que instituiu a Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário.

Resultados:

Implantação de Escritório Social de Caruaru com total de 1.911 atendimentos realizados entre janeiro de 2022 e novembro de 2023; Apoio para instituição de Fundo Municipal de Políticas Penais de Caruaru; Articulação pelo Escritório Social de Caruaru com o MPT para destinação de valores referentes a multas trabalhistas para o Fundo Municipal de Políticas Penais, com o fito de proporcionar a aquisição de cursos de qualificação profissional e empreendedorismo ao público do Escritório Social de Caruaru. Polo de audiência de custódia de Caruaru recebe insumos básicos para atendimento a pessoas custodiadas (água, lanche, vestimenta, como camiseta e chinelo, absorvente feminino) destinados por acordos de não persecução penal em razão de projeto subscrito pelo Escritório Social local.

### Conselhos da Comunidade

Os Conselhos da Comunidade são órgãos da execução penal fundamentais para a efetivação da democracia e da participação social, e ressaltam a necessidade de criação de mecanismos de diálogo entre Estado e sociedade na produção, no controle e na efetivação da execução penal. A LEP estipula, em seu art. 4º, que o “Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”. Os Conselhos da Comunidade constituem-se, ainda, importante mecanismo de assistência, comunicação e defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade. Nos últimos anos, foram instituídos os seguintes Conselhos da Comunidade em Pernambuco, por iniciativa dos juízos de execução penal: a) Conselho Regional da Comunidade da 3R VEP; b) Conselho Regional da Comunidade da 1R VEP e c) Conselho da Comunidade do Recife, vinculado à VEPEC. Ainda, recentemente, foi publicado edital para instituição de Conselho Regional da Comunidade vinculado à 4º VEP, situada em Petrolina.

#### Resultados:

Instituição de sala no Fórum Rodolfo Aureliano, para reunião do Conselho da Comunidade do Recife;  
Realização, por parte dos Conselhos, de diversas inspeções em unidades prisionais.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

**Fortalecer as Relações Institucionais do Judiciário com a Sociedade**

**Descrição:**

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

Indicador	Meta 2023	Resultado Alcançado 2023
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	S/M	S/M
Índice de Transparência	97%	84,8%

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):**

**Carta de Mulheres**

A ferramenta funciona como um canal de apoio e orientação às vítimas de violência doméstica, podendo ser acessado pela própria vítima ou por qualquer outra pessoa que tenha o desejo de ajudá-la. A ferramenta consiste em um espaço para o registro de relatos de violência, além de oferecer informações sobre os procedimentos legais adotados para cada tipo de caso. Vítimas e testemunhas de violência doméstica consomem ter dúvidas sobre os procedimentos legais para cada tipo de caso e quem podem recorrer. Se você precisa de orientações, pode preencher o formulário, enviar seu relato e a coordenadoria da mulher vai responder, informando qual o serviço mais adequado na rede de atendimento, garantimos que toda comunicação é sigilosa.

Resultado alcançado:

Mais de 60 mulheres já acessaram de 2019 a 2023

**Aplicativo Nisia**

Tem como principal objetivo auxiliar a busca de informações dos processos de violência doméstica contra a mulher em andamento no TJPE, permitindo que as mulheres vítimas de violência doméstica acompanhem seus processos judiciais. O acompanhamento é realizado por meio de um código que deve ser fornecido pela vara judicial onde está tramitando o processo. O App deve ser baixado no celular e permite o acesso de informações, tais como: movimentações processuais, concessões de medidas protetivas, sentenças, partes envolvidas e outros. Órgão Julgador atual do processo, evitando que a vítima precise se deslocar para a unidade da Justiça.

Resultado alcançado:

Ofertar as jurisdicionadas o acesso à informação processual atualizando-as dos desdobramentos.

### **Projeto Mãos EmPenhadas contra a Violência**

O projeto objetiva orientar os profissionais de beleza para identificar os tipos de violência e orientar as clientes de como ter acesso aos serviços da rede de enfrentamento e proteção à mulher, abrangendo as diferentes regiões da comarca, propiciando reflexões sobre o tema e desmistificando estereótipos de gênero.

#### Resultado alcançado:

2023 – Participação na feira da Hairnor (2023) - Visitação e certificação a mais de 20 salões parceiros para divulgação da campanha sensibilizando-os para o enfrentamento da violência contra a mulher e abastecimento de materiais. Em parceria com o SindBeleza cadastramento de 63 estabelecimentos com interesse de adesão e certificação. Participação no Outlet da Beleza no Shopping Rio Mar – Certificação de um salão parceiro e divulgação da campanha em todos os stands da feira durante os 04 dias de exposição com ampla distribuição de materiais. Realização de sensibilização dos profissionais de beleza em 02 turmas da escola Moríá em Recife – alcançando 60 profissionais. Ações preventivas que diminuem o número de feminicídios e processos de violência doméstica no estado. – Meta visitação de 50 salões em 2023 – alcançada na participação das feiras e dos cursos ofertados aos profissionais de beleza.

### **Unificação normativa de juizados especiais para os países latino-americanos**

#### Descrição e Resultados:

O projeto objetiva construir uma Comissão Latino-americana para possibilitar a criação de uma legislação comum de Juizados Especiais aplicável para todos os países do Cone Sul.

Resultado: Formalização de Protocolo de Intenções nº 001/2023, firmado em 22/06/2023, para cooperação técnica entre o TJPE e a Suprema Corte de Mendoza/Argentina.

### **Pontos de Inclusão Digital (PID)**

Criação e Instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) nas cidades que não sejam sede de comarca ou de unidade física do Poder Judiciário em Pernambuco. Instalação de 20 PIDs, sendo 1 PID em cada comarca que foi alvo da agregação de Comarcas desde 2021 de acordo com a resolução nº 508/23 do CNJ.

#### Resultado alcançado:

10% alcançado. Foi instalado 1 PID em cada comarca que foi objeto de agregação, sendo elas: Brejão e Moreilândia.

### **Política Judiciária Estadual de Diversidade Sexual e de Gênero e suas Interseccionalidades**

O Grupo de Trabalho Diversidade Sexual e de Gênero e suas interseccionalidades, foi criado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, por meio da Portaria nº 40, de 22 de dezembro de 2022, com o objetivo de promover estudos e elaboração de propostas com vistas à formulação de atos normativos para implementação e aperfeiçoamento da Política Estadual Judiciária de Diversidade Sexual e de Gênero e suas interseccionalidades, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. Os objetivos do GT DSGI-TJPE, em linhas gerais, consistiram em i) coletar informações para delineamento de diagnóstico sobre as violações aos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e sobre demandas de cunho institucional, social e jurisdicional, dentro das competências, atribuições e limites do poder judiciário pernambucano; e ii) elaborar proposta de resolução da Política Judiciária Estadual de Diversidade Sexual e de Gênero e suas Interseccionalidades, com o intuito de ampliar a efetivação de direitos e o acesso à Justiça para esse segmento populacional. Foram definidos quatro eixos temáticos: Eixo I – Público

Interno (corpo funcional do TJPE); Eixo II – Público Externo (pessoas usuárias dos serviços do TJPE); Eixo III – Questão Carcerária (pessoas sob custódia do sistema de justiça criminal); Eixo IV – Questão Criminal (enfrentamento da LGBT+fobia). A ação teve participação de pessoas do quadro funcional do TJPE, bem como pessoas de diferentes órgãos públicos, do meio acadêmico, de entidades privadas, organizações da sociedade civil e especialistas, envolvidas com a temática da diversidade sexual e de gênero, de modo a conferir representatividade, diversidade e interseccionalidade ao grupo de trabalho e garantir maior legitimidade à política pública a ser proposta.

Resultado alcançado em 2023:

Atividades concluídas com proposta de minuta de Política Estadual Judiciária de Diversidade Sexual e de Gênero e suas interseccionalidades, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, sob os cuidados da governança para revisão.

### **Convênios e Termos de Colaboração Interinstitucionais**

Descrição e Resultado:

Pactuação Interinstitucional (TJPE, TCE, GOV Estado, Municípios e AMUPE) para negociação processual e extraprocessual destinadas a promover nova cultura de colaboração e conferir maior eficiência nas rotinas das unidades judiciárias com competência de execução fiscal.

Alguns Convênios já firmados e rotinas de eficiência com redução de acervo já observados nas unidades judiciárias em Governança.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:****Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional****Descrição:**

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

<b>Indicador</b>	<b>Meta 2023</b>	<b>Resultado Alcançado 2023</b>
Meta 1	100%	107,59%
Meta 2	100%	101,22%
TXC das Execuções Fiscais	59.79%	76,04%
TXL, exceto Execuções Fiscais	67.8%	65,63%
IAD	100%	103,75%
Tempo de tramitação dos Processos Pendentes, considerando fases (dias)	1350	912,5

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):****Projeto Semana de Autoinspeção 2023**

Em 2023 tivemos duas Semanas de Autoinspeção:

A 1. Semana da Autoinspeção 2023 foi instituída através de Ato Conjunto nº 20, de 09 de maio de 2023, publicado no DJE de 10/05/2023, como um instrumento concebido à luz da estratégia nacional do Poder Judiciário proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Alinhada ao Objetivo Estratégico, promover agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, busca desenvolver a cultura do procedimento de arquivamento dos processos mediante um monitoramento dirigido com a finalidade de redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias.

A 2. Semana da Autoinspeção 2023 foi instituída através de Ato Conjunto nº 41, de 04 de outubro de 2023, publicado no DJE de 05/10/2023, com a mesma finalidade.

**Resultados Alcançados em 2023:**

Ao final da prorrogação da 1. Semana de Autoinspeção 2023 a taxa de congestionamento tinha alcançado o percentual de 65,43%, atingindo o objetivo traçado na redução de dois pontos percentuais.

Ao final da 2. Semana de Autoinspeção 2023 a taxa de congestionamento tinha alcançado o percentual de 64,09%, contando com um total de 26.537 processos impulsionados (arquivados definitivamente ou provisoriamente, baixados, suspensos ou remetidos em grau de recurso) e

70.962 movimentados de um alvo total de 100.891 processos da 1ª, 2ª, 3ª e juizados especiais, atingindo o objetivo traçado na redução de um ponto percentual.

### **Programa Justiça Pela Paz em Casa 2023**

A Semana da Justiça pela Paz em Casa promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conta com a adesão de todos os Tribunais de Justiça do País, em uma concentração de esforços para priorizar julgamentos referentes a casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, ampliando, assim, a efetividade na aplicação da Lei Maria.

Apresenta três edições a cada ano: a 20ª edição em março, próximo ao Dia Internacional da Mulher (8 de março); a 21ª edição no mês de agosto, devido à data de sanção da Lei Maria da Penha (7 de agosto); e a 22ª edição, em novembro, na semana em que se comemora o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro).

No período a coordenadoria da mulher deflagra ampla campanha de mídias nos shoppings, aeroportos, estações metroviárias e mercados públicos, além de ações de sensibilização com as mulheres, oficinas, palestras, seminários.

#### Resultados 2023:

Número de processos com sentenças/decisões durante a:

- 23ª Semana março de 2023 - 1.354.
- 24ª Semana agosto de 2023 - 1.362.
- 25ª Semana novembro de 2023 – 1.372

Total ano de processos com sentenças e decisões – 4.088 Ações realizadas com destaque e a serem realizadas:

- 23ª Semana da Justiça pela Paz em Casa em março de 2023 foi ampliada a divulgação para 07 shoppings e o aeroporto. Todas as 10 (dez) Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Estados realizaram ações de preventivas com o público para o enfrentamento da violência de gênero contra a mulher
- 24ª Semana da Justiça pela Paz em Casa em agosto de 2023 foi ampliada a divulgação para 13 shoppings, aeroporto e a CBTU (Companhia Brasileira de Transportes Urbanos). Todas as 10 (dez) Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Estados realizaram ações de preventivas com o público para o enfrentamento da violência de gênero contra a mulher Assinatura do protocolo de intenções com a APESCE (Associação Pernambucana do Shoppings Centers) para vinculação de campanhas nas mídias digitais em 14 de agosto.
- 25ª Semana da Justiça pela Paz em Casa em novembro de 2023 foi ampliada a divulgação em mídias para 14 shoppings, aeroporto e a CBTU. Todas as 10 (dez) Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Estados realizaram ações de preventivas com o público para o enfrentamento da violência de gênero contra a mulher Assinatura do protocolo de intenções com a CONVIVA Autarquia Municipal (Mercados e Feiras) para ações de sensibilização da população através das campanhas de enfrentamento da violência de gênero contra a mulher. Realização de sensibilização da população e atendimento na Estação Central do Metrô em Recife com a participação do Instituto Maria da Penha, Ministério Público e Secretaria da Mulher do Recife ampla divulgação com a população realizada dia 23/11 das 07:00 as 16:00h.

### **Digitalização do Acervo Físico 1. grau**

Digitalização e Migração de todo o acervo Cível e Criminal para o PJe (407.003 processos físicos - dados de dez/2021)

Escopo/Entregas:

- E1. Digitalização e Migração do acervo físico do 1o grau
- E2. Digitalização e Migração do acervo físico do 2o grau

Resultados:

Acervo 94.96% eletrônico em 12/12/2023.

Acervo Total Migrado: 241.131 de Jan/22 a Nov/23:

- E1: Digitalização e Migração do acervo físico do 1o grau - Acervo 1g Migrado: 240.903 (Jan/22 a Nov/23) - Acervo 1g Pendente de Migração: 54.887
- E2: Digitalização e Migração do acervo físico do 2o grau - Acervo 2g Migrado: 228 (Out/23 a Nov/23) - Acervo 2g Pendente de Migração: 27.611

### **Projeto Piloto Digitalização do Acervo Físico 2. grau**

Realização de projeto piloto para migração do acervo físico do 2o grau Escopo (Entregas):

- E1. Adaptação dos sistemas envolvidos
- E2. Normativo Migração 2g
- E3. Digitalização e Migração de acervo do Piloto 2g

Resultados Alcançados:

- E1. Adaptação dos sistemas envolvidos (10/2023)
- E2. Normativo Migração 2g (Publicada INC 13/2023, de 24/10/2023)
- E3. Digitalização e Migração de acervo do Piloto 2g (100 processos digitalizados e migrados em 10/11/2023)

### **Robô para migração do Acervo Físico**

Construção de robôs para dar mais agilidade no processo de migração do acervo físico para o digital. Possibilitar o atingimento dos prazos definidos pelo CNJ, na resolução nº 420/2021, referente a conclusão da migração dos acervos físicos para o digital.

Acelerou consideravelmente o número de processos do acervo físico migrados para o meio digital.

### **Expansão do SEEU**

Implantação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado que é a ferramenta que centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal em todo o país.

Objeto: Implantação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado Escopo 2023: Expansão para os 17 Juizados Criminais.

SEEU implantado em todas as unidades que possuem competência para Execução penal

### **Núcleo de Justiça 4.0 - SFH**

Atuação nos processos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) em cooperação com o TRF5.

Escopo 2023:

Integração com TRF 5. região

Resultados:

- Processos do SFH identificados de forma automática e pelas varas (cerca de 5.700 processos) redistribuídos para o Núcleo entre Março/22 e Mar/23.
- Integração com TRF (Identificados cerca de 1.000 processos de competência do TRF; remetidos em média 725 processos: 501 em maio/23, 101 em julho/23 e 123 em setembro/23)

**Novo Fluxo PJe para Execuções Fiscais**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) convidou o Tribunal de Justiça de Pernambuco, para participar do projeto piloto de implantação do “RESOLVE Execução Fiscal” - Fluxo com pontos de automação nas Execuções Fiscais lançado por ocasião do Encontro Nacional do Poder Judiciário em 2020.

Objetivo: Aumentar a celeridade dos processos Executivos Fiscais do TJPE.

Resultados:

- Foram analisados 57 Fluxos do Projeto (100%).
- Alterações de Fluxo Concluídas: 24 alterações.
- Fluxo em produção desde outubro de 2023.

**Mutirão de Antecipação de Audiências - 2023**

Mutirão para antecipação das audiências em Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Estado, com o fim de reduzir o tempo médio entre a autuação do processo e a realização da audiência, trazendo celeridade processual e contribuindo para o saneamento da Unidade.

Resultados Alcançados:

Mutirão no JECRC do Cabo de Santo Agostinho (Ato nº 01/2023-CGJE) - 90 processos com audiências realizadas por videoconferência no período de 17 a 20/04/2023, dos quais 83 seguiram para sentença e 7 retornaram para outras diligências da Secretaria.

Contribuir com a redução do volume na tarefa de realização de audiências e redução do tempo médio de tramitação do processo entre a autuação e a realização da audiência.

**Impulsioneamento das Centrais de Agilização**

O projeto visa impulsionar a produtividade das Centrais de Agilização por meio de ações coordenadas, especialmente quanto à remessa de processos, a fim de conferir maior celeridade processual no julgamento de feitos incluídos na Meta 2 do CNJ.

Espera-se que tal impulsioneamento coordenado eleve ainda mais o quantitativo de julgamentos de feitos pelas centrais de agilização, dando vazão ao elevado número de processos da meta 2 que se encontram paralisados a mais de 100 dias nas unidades judiciárias.

Resultados Alcançados:

Mensalmente estão sendo enviados às centrais de agilização mais de 1000 feitos da meta 2 para julgamento. Em 2022 houve um aumento significativo na produtividade das centrais em relação ao ano de 2021, tendo o quantitativo de sentenças proferidas aumentado de 4.275 para 5.610, de decisões de 224 para 960, bem como os despachos proferidos passaram de 1096 para 5052.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

**Enfrentar a Corrupção, a Improbidade administrativa e os Ilícitos eleitorais**

**Descrição:**

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

<b>Indicador</b>	<b>Meta 2023</b>	<b>Resultado Alcançado 2023</b>
Índice de Prescrição	s/m	s/m
Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	s/m	s/m
Tempo de Tramitação PAD	s/m	s/m

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):**

Sem iniciativas específicas.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:****Prevenir Litígios e Adotar Soluções Consensuais para os Conflitos****Descrição:**

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

Indicador	Meta 2023	Resultado Alcançado 2023
Índice de Conciliação	17%	11.5%
Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs	80%	65.3%
Índice de casos remetidos para a câmara de conciliação/mediação	Excluído pelo CNJ	Excluído pelo CNJ
IC334 - Índice de realização de audiências do artigo 334 do CPC.	Excluído pelo CNJ	Excluído pelo CNJ

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):****1. Semana Estadual de conciliação**

A Semana Estadual da Conciliação é um esforço concentrado do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça de Pernambuco para conciliar o maior número possível de processos em todo o estado. A 1ª edição do evento aconteceu entre os dias 29 de maio a 02 de junho de 2023. As unidades judiciárias realizaram audiências de conciliação e mediação de processos judiciais e de reclamações pré-processuais (demandas espontâneas). Além disso, as Unidades do Núcleo de Conciliação - NUPEMEC realizaram ações e serviços de cidadania em diversos segmentos. Um problema muito recorrente nos tribunais estaduais é o grande congestionamento de processos. O objetivo da Semana Estadual de Conciliação é estimular e disseminar as formas autocompositivas de resolução de conflitos e viabilizar um maior número de processos conciliados e solucionados no TJPE.

**Resultados Alcançados:**

Durante a 1ª Semana Estadual de Conciliação foram realizadas 6.891 audiências, que resultaram em 3.586 acordos, com valores homologados que chegaram ao total de R\$ 29.286.469,68. Durante o evento também foram realizados sete casamentos coletivos nos Centros Estaduais Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) de Arcoverde, Pesqueira, São Lourenço da Mata, Petrolina, Camaragibe, Afogados da Ingazeira e Casa de Justiça e Cidadania de Caruaru, totalizando a união de 300 casais. Além disso, as unidades do Nupemec como Cejuscs, Proenvidados, Casas de Justiça e Cidadania, Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação promoveram ações e serviços de cidadania em diversos segmentos, dentre os quais testes de paternidade, emissão de documentos, atendimento jurídico, e ações de empregabilidade.

### Justiça Itinerante: Conciliação e Cidadania 2023

As ações da Justiça Itinerante são realizadas em uma unidade móvel adquirida pelo TJPE em 2017 e adaptada com três salas de conciliação e um gabinete de Magistrado. O Núcleo de Conciliação do TJPE é responsável pela coordenação das ações de conciliação realizadas com a unidade móvel e executada por uma equipe de servidores, entre pessoal de apoio e conciliadores. As audiências de conciliação são agendadas previamente, através do contato com líderes comunitários, Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação, Casas de Justiça e Cidadania, Universidades, Associação de moradores e outras instituições, em seguida são identificadas a quantidade e a natureza dos conflitos e demandas locais. Essa abordagem possibilita que seja traçada uma estratégia especial para cada ação, facilitando a preparação de toda equipe, com direcionamento para atuar nas necessidades encontradas. Essa preocupação proporciona melhores resultados nos atendimentos, na área de cidadania e maior número de acordos realizados.

#### Resultados Alcançados:

Durante o ano de 2023, foram realizadas 23 ações da Justiça Itinerante, nos municípios de: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Gravatá, Limoeiro, Moreno, Caruaru, Garanhuns, Rio Formoso e Escada. Totalizando os seguintes resultados: 347 audiências agendadas; 241 audiências realizadas e 190 acordos e R\$1.018.688,53 em valores homologados e 16.842 atendimentos de cidadania.

### 18ª Semana Nacional de Conciliação

A Semana Nacional da Conciliação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, e demais Tribunais do país, é uma campanha anual para incentivar a cultura da conciliação. Durante a Semana Nacional da Conciliação, o Núcleo de Conciliação - Nupemec concentra esforços para solucionar o maior número possível de conflitos, por meio de acordo entre as partes. Um problema muito recorrente no judiciário brasileiro é o grande congestionamento de processos. O objetivo da Semana Nacional da Conciliação é, através de esforços concentrados do Poder Judiciário, estimular a utilização dos métodos autocompositivos de resolução de conflitos pelas partes e demonstrar ao cidadão como é possível aproveitar melhor o tempo ao optar por esses métodos, que oferecem praticidade e rapidez na resolução dos conflitos, bem como maior eficiência para a estrutura judiciária uma vez que diminui o acervo processual.

#### Resultados Alcançados:

Durante a 18.ª Semana Nacional de Conciliação que aconteceu entre 06 a 10 de novembro de 2023, cerca de 12 mil processos foram incluídos, sendo que 4.254 deles foram homologados judicialmente, e realizadas aproximadamente 9 mil audiências, que resultaram monetariamente em R\$34.583.012,08. Durante o evento também foram realizados casamentos coletivos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e Casas de Justiça e Cidadania, também foram realizadas uniões estáveis pelo Nupemec. Além disso, as unidades do Nupemec como: Cejuscs, Proenvidados, Casas de Justiça e Cidadania, Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação promoveram ações e serviços de cidadania em diversos segmentos, dentre os quais testes de paternidade, emissão de documentos, orientação jurídica e ações de empregabilidade, totalizando um número de 4.484 atendimentos à população.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:****Consolidar os Sistema de Precedentes Obrigatórios****Descrição:**

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

<b>Indicador</b>	<b>Meta 2023</b>	<b>Resultado Alcançado 2023</b>
Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese	s/m	s/m
Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR	s/m	s/m
Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IAC).	s/m	s/m

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):****Sistematização de IRDR (Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas) e IAC (Incidente de Assunção de Competência)**

Normatizado por arcabouço diverso no âmbito do TJPE (Resoluções CNJ 235/2016; b 347/2020, 444/2022; artigos 926, 927, 976, 979, 981, 987, e outros, do CPC/2015; atos normativos TJPE), este projeto visa sistematizar o macroprocesso organizacional relativo aos IRDRs e IACs, estimulando e aculturando para sua utilização, mediante padronização de procedimentos, otimização de sua aplicação, implantando mecanismos de controle, medição e gestão, que contribuam para atingimento da melhor prestação jurisdicional à sociedade. Ele está aderente ao Plano Estratégico 2021-2026 e metas CNJ através do mapeamento e gerenciamento dos indicadores de Tempo médio (TM) - Entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese; Tempo médio (TM) - Entre afetação / admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR; Tempo médio (TM) - Entre a afetação / admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IAC.

**Resultados Alcançados:**

Estabelecimento de mecanismos para monitorar o processo e acompanhar continuamente seu desempenho por meio de um fluxo processual padronizado.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

**Promover a Sustentabilidade**

**Descrição:**

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

Indicador	Meta 2023	Resultado Alcançado 2023
Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)	58%	Resultado em jun/24

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):**

**Programa Ciclos de Aprendizagem 2023**

O Programa possui como principal objetivo atuar na promoção e fortalecimento da qualificação profissional de adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, com foco no atendimento a adolescentes e jovens em situação de acolhimento institucional e oriundos do sistema socioeducativo.

Resultado:

- Projeto 1 - Contratação Direta: com recursos aprovados para contratação inicial de 05 jovens, a proposta está na fase atual de tratativas do processo licitatório para contratação da entidade formadora responsável por formar, acompanhar, avaliar o desempenho e certificar os aprendizes.
- Projeto 2 - Entidade concedente de espaço para experiência prática: inserção de 21 jovens em unidades de áreas diversas na comarca do Recife e de 08 jovens na comarca de Paulista, totalizando o quantitativo de 29 de jovens inseridos no Programa em 2023; Implementação da Central de Profissionalização e Aprendizagem: o normativo para instituir o setor encontra-se na fase de análise jurídica e o projeto arquitetônico para adequação do espaço físico direcionado à instalação da estrutura de funcionamento da unidade está em desenvolvimento.

**Implantação e Monitoramento do PLS 2022-2023**

Instrumento de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados que identificam práticas de sustentabilidade, racionalização de gastos e redução de impactos socioambientais negativo do TJPE.

Resultado alcançado:

Promoção da Sustentabilidade institucional - Instituído modelo de gestão de sustentabilidade, pautado nos eixos: ambiental, econômico, social e cultural no TJPE.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

**Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal**

**Descrição:**

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

Indicador	Meta 2023	Resultado Alcançado 2023
Taxa de Encarceramento	300	321,53
Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento (dias)	1500	1445.1
Tempo Médio das Decisões em Execução Penal	s/m	s/m
Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos Provisórios	s/m	s/m

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):**

**Mutirão de revisão de autuação nos processos criminais - 2023**

Mutirão para contribuir na redução do acúmulo de processos dentro da tarefa de revisão criminal.

Resultados Alcançados:

Mutirão realizado no período de 08/03 a 31/05/2023 nos Juizados Especiais Criminais da Capital: 1.777 processos revisados em sua autuação; Mutirão realizado no período de 06/07 a 23/09/2023 no Juizado Especial Criminal de Petrolina: 1.501 TCOs revisados em sua autuação; Mutirão realizado no período de 23/11 a 15/12/2023 no Juizado Especial Criminal de Jaboatão dos Guararapes, no 1º Juizado Especial Criminal da Capital e no Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal do Torcedor: 329 TCOs revisados em sua autuação.

**Juizados Especiais Itinerantes para grandes eventos:**

Instalação de Juizado Especial Itinerante durante os eventos com grande fluxo de pessoas e em parceria com outros órgãos, com o fim de atuar nos delitos de menor potencial ofensivo e nas questões cíveis de menor complexidade.

Resultados Alcançados:

Ato nº 93/2023 (DJe 10/02/2023) atuação em dois pólos (Thomaz de Aquino e Estação Central do Metrô), tendo como resultado 4 TCOs recebidos e as audiências realizadas, conseguiu-se a

efetivação de Transação Penal para 3 processos; JUIZADO DO FORRÓ: Ato nº 424/2023 (DJe 24/05/2023) onde foram recebidos 23 TCOs e realizadas as audiências, conseguiu-se a efetivação de Transação Penal para 14 processos e 01 Conciliação.

### **Programa de Gerenciamento do Comitê Interinstitucional da Central de Vagas do Socioeducativo**

O presente projeto tem por objetivo instrumentalizar no âmbito do Estado de Pernambuco o funcionamento do Comitê da Central de Vagas do Socioeducativo em Pernambuco, a metodologia da Central de Vagas foi impulsionada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida no Habeas Corpus 143.988, de 25 de agosto de 2020, e se apresenta como uma iniciativa plausível e de êxito para operacionalizar a gestão de vagas no âmbito dos Sistemas Estaduais de Atendimento Socioeducativo. Trata-se de um serviço, em execução pela Funase, responsável por gerir as vagas das unidades socioeducativas de internação, semiliberdade e internação provisória, em conformidade com o limite máximo de ocupação de vagas e com o princípio *numerus clausus* (ou da ocupação taxativa) e que no âmbito do TJPE está insito o Comitê, que tem funcionamento não jurisdicional e com competências de monitoramento e orientação para o sistema socioeducativo em meio fechado. Além disso, o Comitê tem como objetivo colaborar para o aprimoramento e qualificação do atendimento socioeducativo, dando efetividade aos preceitos constitucionais, ao ECA e ao Sinase.

#### Resultados Alcançados:

Realização de 9 reuniões interinstitucionais do Comitê da Central de Vagas do Socioeducativo; Monitoramento de 100% das unidades e as respectivas ocupações de vagas no sistema socioeducativo até julho de 2023; Elaboração de 3 instrumentais de orientação para os órgãos do sistema socioeducativo;

### **Programa de monitoramento das INTERNAÇÕES PROVISÓRIAS e das execuções de medidas socioeducativas**

O Programa de monitoramento das internações provisórias e das execuções de medidas socioeducativas tem por objetivo dar cumprimento à Resolução CNJ nº 214/2015, em especial ao Art. 6º incisos II, III-d e IV realizando a fiscalização e monitoramento da entrada e da saída de adolescentes das unidades do sistema socioeducativo acompanhando o tempo de duração e, com base nos sistemas eletrônicos, divulgar no sítio eletrônico do respectivo tribunal relatório quantitativo semestral das medidas socioeducativas, e por fim acompanhando o tempo de duração e, divulgando no sítio eletrônico do respectivo tribunal relatório mensal do quantitativo das internações provisórias decretadas no sistema de justiça juvenil, oficiando a autoridade judicial responsável pela extrapolação do prazo máximo de 45 dias;

#### Resultados Alcançados:

Foram monitorados e acompanhados até o momento de 896 internações provisórias (IP) decretadas em 2023, com o acompanhamento do prazo máximo permitido das IP oficiando aos juízos da necessidade de resolução da situação jurídica dos adolescentes e jovens internos provisoriamente nas unidades de atendimento socioeducativo. Desde o trabalho de saneamento em março de 2023 a 06 de Dezembro de 2023, 595 guias em acompanhamento permanente e perene do sistema com baixa e emissão tempestiva, sendo as quais atualmente (102) guias ativas,

(420) guias inativas, (73) guias cumpridas, (102) guias no prazo e (492) guias vencidas estando, pois, o sistema do CNACL no âmbito das guias de Internação Provisória totalmente saneado e correspondendo a 400% da meta estabelecida para o ano de 2023.

#### **Programa de monitoramento das INSPEÇÕES JUDICIAIS no âmbito das execuções de medidas socioeducativas**

O Programa de monitoramento das inspeções judiciais no âmbito das execuções de medidas socioeducativas consiste em ações de monitoramento do Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos - CNIUPS. No âmbito do Estado de Pernambuco essa ação se divide em momentos distintos: seja o monitoramento dos prazos da Resolução CNJ nº 77/2009 com acionamento dos juízos para cumprimento do prazo das inspeções, tanto para orientação no uso do CNIUPS como Administrador Regional do sistema. Ainda de forma pioneira e autônoma no âmbito do TJPE, enquanto não lançado o CNIUPS para as inspeções em Programas Socioeducativos em meio aberto, o monitoramento pelo GMF Socioeducativo das inspeções com ferramentas locais de controle.

#### Resultados Alcançados:

Ano de 2023: Monitoramento de 66,6% das inspeções realizadas nas unidades de atendimento socioeducativo no ano de 2023 até agosto de 2023 correspondendo a 100 inspeções; Monitoramento de 26,81% das inspeções realizadas nos Programas Socioeducativos em meio aberto com 74 inspeções realizadas e monitoradas.

#### **Programa de monitoramento do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei – CNACL**

O Programa de monitoramento do Cadastro Nacionais de Adolescentes em Conflito com a Lei – CNACL visa atender a um sistema desenvolvido para permitir o acompanhamento e gestão de uma política nacional para a Justiça Infantojuvenil relacionada ao sistema socioeducativo. O referido Cadastro, atualmente gerido pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema carcerário e Socioeducativo, é ferramenta eletrônica para a expedição das guias obrigatórias aos adolescentes em conflito com a lei, previstas na Resolução nº 165/12 do CNJ e em sintonia com as disposições da Lei nº 12.594/12 (Lei do Sinase). O monitoramento e correto funcionamento do CNACL possibilita a extração de relatórios em tempo real, relacionados à totalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (a exceção de advertência e Obrigação de Reparar o Dano), o perfil dos adolescentes cadastrados, medidas socioeducativas aplicadas e natureza dos atos infracionais praticados, o que busca dar visibilidade a uma realidade ainda pouco em evidência.

#### Resultados Alcançados:

Monitoramento de 100% das Guias de Internações Provisórias em 2023 com revisão de 1173 guias ativas de internações provisórias no CNACL correspondendo ao período de 2022 e anos anteriores. E com o monitoramento de janeiro de 2023 a 06 de Dezembro de 2023 de 896 guias do ano corrente que já foram saneadas correspondendo desde o trabalho de saneamento em março de 2023 a 06 de Dezembro de 2023, 595 guias em acompanhamento permanente e perene do sistema com baixa e emissão tempestiva, sendo as quais atualmente 102 guias ativas, 420 guias inativas, 73 guias cumpridas, 102 guias no prazo e 492 guias vencidas estando, pois, o sistema do CNACL no âmbito das guias de Internação Provisória totalmente saneado e correspondendo a 400% da meta estabelecida para o ano de 2023.

### Fomento à cultura de Alternativas Penais

A ação tem como objetivo incentivar a aplicação de alternativas penais e qualificar os serviços de acompanhamento de medidas de responsabilização diversas do encarceramento, de acordo com a Resolução CNJ nº 288/2019. Visa, também, a dar cumprimento à Lei Estadual nº 17.912/2022, que institui a Política Estadual de Alternativas Penais de Pernambuco, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade. O projeto ressalta, além da redução do encarceramento, a perspectiva da participação da comunidade e da vítima na resolução de conflitos; a responsabilização da pessoa a quem se atribui uma alternativa penal e a manutenção do seu vínculo com a comunidade, com a garantia de seus direitos individuais e sociais e a restauração das relações sociais, quando desejável pelas partes.

#### Resultados Alcançados:

- Instituição de Grupo Interinstitucional de Alternativas Penais (Ato Normativo Conjunto Nº 42/2021);
- Celebração de Termo de Cooperação Técnica TJPE, MPPE, DPE e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos nº 042/2022;
- Aprovação da primeira lei estadual do país que institui política estadual de alternativas penais;
- Seminário da ESMAPE sobre Alternativas Penais;
- Lei Estadual nº 17.912/2022, que institui a Política Estadual de Alternativas Penais de Pernambuco, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade. A normativa, de iniciativa do Poder Executivo, primeira do país, foi fruto dos diálogos entre o TJPE, o MPPE, a DPE e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado, cujas discussões se deram no âmbito do Grupo Interinstitucional de Alternativas Penais, protagonizado pelo GMF.

### Política Antimanicomial do Poder Judiciário

O Programa se estrutura de maneira interdisciplinar, buscando congrega saberes e práticas essenciais para garantir o cuidado em saúde mental, na responsabilização de sujeitos envolvidos em condutas em conflito com a lei. Ainda, o CNJ, visando implementar e assegurar a Reforma Antimanicomial para dentro do Poder Judiciário, em 15 de fevereiro de 2023 publicou a Resolução nº 487/2023, que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança. Em decorrência dessa Resolução, o Grupo de Trabalho acima referida fora convertido no Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial, conforme Portaria Conjunta nº 16/2023.

#### Resultados Alcançados:

Lançamento da Cartilha que orienta a aplicação da Res. CNJ 487/2023, lista os serviços da RAPS e rede SUAS, em outubro de 2023; - Realização do Webinário “Conhecendo a Resolução CNJ n.487/2023 e a Rede de Atenção Psicossocial de Pernambuco – caminhos possíveis”, em outubro de 2023.

### Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

O programa Fazendo Justiça é um esforço coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e diversos apoiadores, para acelerar transformações no campo da privação de liberdade. Sob a coordenação de Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de

Execução de Medidas Socioeducativas, o programa oferece um portfólio de 29 ações para todo o ciclo penal e também para o ciclo socioeducativo, desde a porta de entrada até a porta de saída. O programa prioriza o diálogo interinstitucional e a construção de soluções customizadas e colaborativas considerando as diferentes realidades locais, e fornece apoio técnico ao GMF para consecução de suas ações.

Resultados Alcançados:

Apoio técnico aos temas de alternativas penais, monitoração eletrônica, serviço de atendimento à pessoa custodiada, ações de cidadania no ambiente prisional, ampliação de vagas de trabalho (PNAT), conselhos da comunidade, Escritórios Sociais (política para pessoas egressas do sistema).

**Mutirão Processual Penal**

Acompanhamento do mutirão processual penal determinado pelo CNJ, conforme as hipóteses elencadas no art. 2º da Portaria CNJ no 170/2023 (em anexo): I - prisões preventivas com duração maior do que 1 (um) ano; II - gestantes, mães e mulheres responsáveis por crianças e pessoas com deficiência presas cautelarmente; III - pessoas em cumprimento de pena em regime prisional mais gravoso do que o fixado na decisão condenatória; IV - pessoas cumprindo pena em regime diverso do aberto, condenadas pela prática de tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei no 11.343/06).

Como resultado foi obtido 2.013 processos analisados, 549 pessoas com a situação regularizada no BNMP, cerca de 400 pessoas colocadas em liberdade

**Saneamento do BNMP**

Saneamento do BNMP determinado após a inspeção do CNJ em agosto de 2022, visando que o número de pessoas presas informadas pela SERES seja igual, ou muito próximo, ao número constante no BNMP. Atingir um percentual de acurácia inferior a 103% entre os dados da SERES e do BNMP, dando mais confiabilidade ao sistema.

Atingido 101,56% de acurácia.

**Projeto Instalações de Novas Varas Criminais**

Visando principalmente o aperfeiçoamento da justiça criminal no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o projeto tem como objetivo a instalação de 5 novas varas em 2023 nas comarcas do TJPE.

Resultado:

Foram instaladas as 5 varas planejadas, a saber: 2ª vara criminal de Arcoverde em 09/08/23, 2ª vara criminal de Palmares em 16/08/23, 2ª Criminal de Santa Cruz do Capibaribe em 11/10/23, 2ª Criminal de Serra Talhada em 19/10/23 e 7ª Cível de Jaboatão Jaboatão no dia 04/12/23.

**Projeto Mês Nacional do Júri 2023**

De acordo com a Portaria Nº 69 de 11/09/2017 (CNJ) e ato conjunto nº 42 de 2023 que institui o mês nacional do júri 2023 e do elevado quantitativo de processos de crime dolosos contra a vida de compõe o acervo criminal do TJPE (em torno de 7% - 28 mil processos em tramitação dos quais 4.169 já pronunciados e aptos a julgamento), há a necessidade de institucionalização da realização anual de esforço concentrado de julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Resultado:

90,89% do resultado alcançado. No mês do júri foram realizadas 449 sessões do júri realizadas, 139 sessões não realizadas.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

**Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária**

**Descrição:**

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça.

Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

Indicador	Meta 2023	Resultado Alcançado 2023
Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”	70%	83.45%

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):**

**Implantação do Escritório de Processos Corporativos do TJPE - EPROC**

Implantação do Escritório de Processos Corporativos do TJPE – EPROC, instituído pela Resolução TJPE nº 452, de 08/06/2021, através do Convênio nº 36/2021, firmado entre o TJPE, Centro de Informática – CIn/UFPE e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE - FADE, e que possui dentre suas atribuições: I – Prestar à administração serviço de coaching e consultoria em gerenciamento de processos organizacionais; II – Fomentar o desenvolvimento de ações educativas sobre gerenciamento dos processos; IV – Planejar e monitorar a execução da iniciativa de gestão de processos; IX – Validar ou propor o aperfeiçoamento de processos; XIII – Treinar equipes na gestão de processos; XVII – Fomentar a melhoria contínua nas normas que tratam de estrutura organizacional.

O EPROC objetiva desenvolver projetos estratégicos de modelagem dos processos corporativos do TJPE que permitam aperfeiçoamento os processos de trabalho visando melhor prestação jurisdicional

Resultados Alcançados:

O projeto prevê repasse de conhecimento técnico em modernas metodologias de desenvolvimento e gestão de processos organizacionais, especialmente a metodologia BPM – Business Process Management – capacitando equipe do EPROC para o desenvolvimento de projetos estratégicos para o TJPE, como os dois já em andamento (Processo Aquisições de Bens e Contratações de Serviços na SAD e Sistematização de IRDR (Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas) e IAC (Incidente de Assunção Repetitiva) no TJPE). Praticamente todo o arcabouço técnico, procedural e documental para desenvolvimento de projetos pelo EPROC está implantado (96%).

**Monitoramento Participativo dos Projetos Estratégicos**

Criação de um portfólio institucional da gestão 2022/2023, transparência dos projetos e alinhamento com a estratégia institucional e do CNJ. Mensurando ainda a contribuição desses projetos nos nossos objetivos e indicadores estratégicos.

Resultados Alcançados:

Criação e publicação do Dashboard de monitoramento dos projetos estratégicos e levantamento de mais de 120 projetos e ações estratégicas.

**Programa de Qualificação de Dados TJPE**

O projeto visa sanear a base de dados das unidades judiciais do TJPE, diminuindo as inconsistências nos registros processuais por meio da devida qualificação de dados, nos moldes preconizados pelo CNJ (Resolução CNJ n.º 331/2020).

Resultados Alcançados:

Ministração de cursos sobre as TPUs/CNJ e qualificação de dados aos servidores e magistrados; criação do Manual de Qualificação de Dados; criação do relatório “Qualificação dos dados - Relatório analítico de inconsistências - todas as instâncias (Nova Parametrização) – 2023” no TJPE Reports, para fins de auxiliar as unidades na identificação das inconsistências. De fevereiro a novembro de 2023 alcançamos mais de 650.000 correções de inconsistências, sendo: 277 mil inconsistências corrigidas pela SEPLAN/Governança, 342 mil corrigidas pelas próprias unidades e 30 mil corrigidas via script pela SEPLAN, Governança e SETIC.

As ações via script junto à SETIC resultaram em: 1011 processos com classes corrigidas, 16623 com assuntos corridos, 1993 feitos com complementos de alteração de classe corrigidas e 10001 processos com polo passivo corrigidos. Ainda, após discussão com os setores estratégicos do TJPE, foi apresentada pela Governança e deferida pela Presidência proposta de exigência do CPF no polo passivo para o protocolamento de novos processos no PJ-e, salvo as classes excepcionadas pelo CNJ, visando, assim, mitigar o surgimento de novas inconsistências de polo passivo sem documento.

**Gestores em Foco**

O projeto visa ampliar a gestão do conhecimento no âmbito do TJPE, otimizar o monitoramento das metas nacionais e locais, reconhecer, acompanhar e disseminar iniciativas e projetos inovadores em busca da melhoria da gestão e da prestação jurisdicional.

Resultados Alcançados:

Pela primeira vez o TJPE alcançou 100% de cumprimento de todas as Metas Nacionais no ano de 2023.



### Aperfeiçoamento do Portal da Transparência para Atendimento ao Programa Nacional da Transparência Pública

O projeto foi desenvolvido para adequar o Portal da Transparência do TJPE à metodologia do Programa Nacional da Transparência Pública 2023, desenvolvida pela Associação Brasileira dos Tribunais de Contas - ATRICON, divulgada em cartilha. Ações necessárias: 1) Reuniões introdutórias para mobilização das unidades sobre a nova metodologia adotada no PNTP 2023; 2) Levantamento dos novos requisitos e unidades responsáveis pelo atendimento dos requisitos introduzidos no PNTP 2023; 3) Adequação de informações divulgadas no Portal da Transparência, observando-se os critérios: disponibilidade, série histórica, atualidade, gravação de relatórios e filtros de pesquisa. 4) Elaboração de minuta de Portaria da Transparência, visando a atualização da Portaria nº 37/2022, com a introdução da metodologia do PNTP 2023.

#### Resultados Alcançados:

Aumento em 2,59% no Índice de Transparência do TJPE em relação a 2022 (2022: 87,93% / 2023: 90,52%).

### Gestão do Plano de Obras

Dotar a administração pública de infraestrutura física necessária à prestação dos serviços jurisdicionais, a partir da previsibilidade das obras a serem executadas e a partir de critérios pré-estabelecidos.

#### Resultados:

- Foi aprovado Plano de obras do TJPE para o período de 2023 a 2027, conforme resolução 490/2023 - TJPE.
- Construção do Fórum de Triunfo - R\$ 3.474.872,68 - 100% executado; Construção do Fórum de Tamandaré - R\$ 4.261.066,11 - 90% executado; Restauo do Salão do Pleno - R\$ 1.108.345,27 (100% executado)

### Transparência SAD

Disponibilizar para a sociedade acesso aos contratos e convênios formalizados pelo TJPE, bem como das passagens emitidas, através de processo simples de consulta no Portal da

Transparência, bem como criação de aba no site do TJPE, para tratar de assuntos pertinentes à Secretaria de Administração, publicizar os setores, notícias e realizações.

Já foi realizada atualização do Portal de Transparência com todos os instrumentos contratuais até 2017, criação de novo campo de pesquisa para consulta pública, atendimento de 100% requisitos de avaliação de controle externo.

#### **Redução do Uso de Papel (SAD)**

Os processos de autorização de aquisição de próteses dentárias eram parcialmente físicos e instruídos com uso de papel carbono, para fins de autorização pelo Secretário de Administração. Nesse panorama, a SAD propôs um novo fluxo, a fim de acabar com o uso do papel carbono.

Diante deste contexto, foi criado um fluxo específico no SEI, com autorizações para cada protesista e laboratórios, o que priorizou a desburocratização do processo e sustentabilidade no uso dos recursos. 100% do processo implantado.

#### **Processo Aquisições de Bens e Contratações de Serviços na SAD**

Remodelagem do macroprocesso organizacional de compras diretas de bens e contratações de serviços do TJPE, visando: Aderência ao Plano Estratégico 2021-2026; Adequações procedurais às novas exigências legais (Lei 14133/21); Mapear e otimizar o novo fluxo de trabalho resultante da reorganização da SAD, analisando e identificando pontos de melhoria no macroprocesso; Padronizar as atividades executadas e documentos para realização do processo licitatório de Aquisições Diretas e Contratações de Serviços.

Permitir implantação de mecanismos modernos de gestão estratégica e monitoramento para aperfeiçoamentos constantes (métricas e indicadores de desempenho, ciclos de melhoria, indicadores de desempenho, pontos de controle e acompanhamento).

#### **Projeto de reestruturação da SAD para adequação à Resolução nº 347/2020 do CNJ**

Estruturação da SAD/TJPE como unidade especializada em contratação no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco - Resolução TJPE nº 491/2023. 80% (oitenta) do macroprocesso de validação da legislação interna a legitimar e colocar em operação a Lei 14.133/2021 e a Resolução CNJ nº 347/2021 está concluído. Publicação, em outubro/2023, dos Planos Anual de Contratação e de Capacitação de 2024.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

**Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas**

**Descrição:**

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

Indicador	Meta 2023	Resultado Alcançado 2023
Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”	70%	83.45%

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):**

**Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI)**

Fica instituído o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos e estáveis e servidoras efetivas e estáveis do Quadro Permanente de Pessoal, do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (PJPE).

Com esse projeto é possível viabilizar a renovação do quadro de servidores efetivos do PJPE, com o aumento da disposição e equalização da força de trabalho a ser distribuída ou redistribuída em todo o Estado de Pernambuco e leva a desoneração da folha de pagamento em curto espaço de tempo.

Foram aposentados 167 servidores em 2023.

**Programa de Promoção à Saúde**

O Programa reúne 6 (seis) projetos: Ginástica Laboral On-line; Ginástica Laboral Presencial; Autocuidado Alimentação Saudável On-line; Momento Legal On-line; Exame Periódico de Saúde e Programa Odontolegal. Com objetivo de Melhoria do índice de Absenteísmo-doença Foram alcançados 527 beneficiados em 2023.

**Programa de Qualidade de Vida**

O Programa reúne 10 (dez) projetos: Workshop Bem-Estar e Consumo Consciente; Olimpíadas TJPE; Programa Prata da Casa; Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA); Programa Integra SGP; Campanha Natal Solidário TJPE; Programa Justiça Humanizada (PJH); Programa de Acompanhamento Funcional (PAF); Programa de Acessibilidade e Inclusão; Programa Clube do Desconto

Em 2023 foram 617 participações nos Programas Justiça Humanizada (PJH), Programa de Acompanhamento Funcional (PAF) e Programa de Acessibilidade e Inclusão).

### **Programa de Aprimoramento dos Processos de Gestão de Pessoas**

Programa reúne 9 (nove) projetos: Painéis de dados com informações de pessoal; Sistema de Remarcação de Férias; Sistema do Auxílio Saúde; Integração dos Sistemas SGP Digital e Universal RH; Automatização de Certidões; Elaboração Manual de Procedimentos da DGF; Padronização dos processos da DGF; Compilação esquematizada da legislação e das normas vigentes de GP e Implantação do e-Social.

### **XII Jornadas Pernambucanas da Infância e Juventude**

Ofertadas pela Coordenadoria da Infância e Juventude, sob a coordenação do Núcleo Interprofissional de Assessoria Especializada (NIAE), as Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Infância e Juventude, integram as propostas de treinamentos, capacitações e formações continuadas e almejam a uniformização das rotinas de trabalho desenvolvidas pelas Varas competentes em matéria de Infância e Juventude, reforçando o intercâmbio de experiências. Em 2023 foram capacitados 78% da força de trabalho da Infância e Juventude.

### **Programa de Formação de Formadores – FOFO - NÍVEL 1 (Completo)**

Ampliação do quadro de docentes da ESMape (magistrados e servidores), os quais foram capacitados com as modernas metodologias de ensino, visando o desenvolvimento de competências para atuar no planejamento e execução de ações de formação e aperfeiçoamento dos seus próprios pares.

#### Resultados Alcançados:

Ampliação do quadro de docentes da ESMape capacitados para dominar os aspectos pedagógicos da formação profissional dos seus próprios pares, bem como aplicar em suas aulas modernas metodologias de ensino.

### **Jornada de Boas Práticas Cartorárias**

Problema detectado: a falta de unificação de procedimentos e fluxos cartorários interferindo na eficiência da prestação jurisdicional. Solução: cursos curtos e práticos direcionados à uniformização em procedimentos aplicáveis às rotinas cartorárias.

#### Resultado:

Rapidez no atendimento e andamento do processo

### **JESP JAM 2023 - Maratona de Inovação nos Juizados Especiais**

Maratona para desenvolvimento da cultura de inovação no Sistema de Juizados Especiais, realizada no período de 17 a 19/05/2023, com carga horária de 20h, na modalidade presencial com o intuito de capacitar servidores, magistrados e demais colaboradores em processos de criatividade inovação e empreendedorismos e fomentar a busca de soluções inovadoras para implementação no Sistema de Juizados Especiais.

#### Resultados Alcançados:

3 protótipos vencedores com foco nos macrodesafios:

- Acesso - desburocratizar para além do digital;
- Gestão - Introduzir a cultura ágil nos Juizados Especiais;
- Rotinas - Construir protocolos de trabalho mais simples e eficientes.

#### IV Fórum dos Juizados Especiais do Estado de Pernambuco - FOJEPE:

Fórum Estadual dos Juizados Especiais para debater desafios e compartilhar práticas inovadoras que contribuam para o melhoramento do Sistema de Juizados Especiais de Pernambuco. Projeto para melhoria da gestão das Unidades e/ou formulação de enunciados que unifiquem entendimentos e sirvam de orientação para julgamento de processos no âmbito dos Juizados Especiais de Pernambuco.

##### Resultados Alcançados:

ANO 2023, 7R Edição: 248 pessoas se inscreveram, dentre Magistrados (as), servidores (as) e público externo, tendo-se obtido a participação efetiva de 74,2% dos inscritos e, na Assembleia Plenária, a criação de 8 novos enunciados, sendo 3 na matéria criminal e 5 na matéria cível.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:****Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira****Descrição:**

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.

Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

Indicador	Meta 2023	Resultado Alcançado 2023
Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias	86.5%	85,06%
Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	77%	48,77%
Índice de Execução para Projetos	Não se aplica	Não se aplica

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):****Projeto de Agregação de Comarcas**

O projeto de agregação de comarcas foi instituído segundo a Instrução Normativa Conjunta n. 7, de 1º de junho de 2021, que regulamentou a Resolução TJPE nº 445, de 14 de dezembro de 2020 para atender o art. 9º da Resolução n. 184, de 06 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece que os tribunais devem adotar as providências necessárias para extinção, transformação ou transferência de unidades judiciárias e/ou comarcas com distribuição processual inferior a 50% (cinquenta por cento) da média de casos por magistrado do respectivo tribunal, no último triênio.

Após estudos técnicos e estatísticos foram identificadas 43 comarcas passíveis de agregação, porém, neste primeiro momento, o alvo principal está sendo as comarcas passíveis de agregação sem juiz(a) titular, logo o alvo se concentrou em 28 comarcas.

**Resultados Alcançados:**

20 comarcas foram agregadas no total (sem juiz titular). Para conclusão dessa primeira etapa faltam 8 comarcas a serem agregadas (sem juiz titular).

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

**Fortalecer a estratégia nacional de TIC e a proteção de dados**

**Descrição:**

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

Indicador	Meta 2023	Resultado Alcançado 2023
IGovTIC-JUD	90%	83.47%
Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acerto Total	90%	94.96%

**INICIATIVAS (Programas, Projetos e Ações):**

**Melhoria dos Links de Comunicação de todas as Comarcas do TJPE**

Objetiva promover uma melhoria operacional no gerenciamento dos links, assim como aumentar de forma relevante a velocidade dos mesmos, segurança e disponibilidade.

Resultados:

Até o momento foram migrados 167 links de Comarcas de um total de 170. As velocidades dos links serão de 150 Mb, 600 Mb e 5 Gb de acordo com a localidade.

**Contratação de Serviços Técnicos de sustentação e desenvolvimento (Fábrica de Software)**

Contratação de fábrica de software visa aumentar a capacidade de entrega de soluções de TIC pela SETIC, além de evoluir na manutenção dos serviços já oferecidos em especial o PJe. Foi contratada a empresa Fábrica de Software Brasil (FSBr).